

<b>Assunto: TJPE faz mutirão - Faculdade Estácio do Recife</b>	
<b>Veículo: Jornal do Commercio</b>	
<b>Editoria: Economia</b>	<b>Seção: Olho Vivo</b>
<b>Página: 3</b>	<b>Data: 19/05/2015</b>

# jornal do commercio

## **TJPE faz mutirão**

O TJPE promove até amanhã um mutirão de processos das empresas Casas Bahia, Insinuante, Ricardo Eletro e Samsung. Será na Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem, na Faculdade Estácio do Recife. Foram selecionados 450 processos.

<b>Assunto: Mandado de Segurança – Plano Urbanístico Cais José Estelita</b>	
<b>Veículo: Jornal do Commercio</b>	
<b>Editoria: Capa Dois</b>	<b>Seção:</b>
<b>Página: 2</b>	<b>Data: 19/05/2015</b>

## jornal do commercio

# Ação no TJPE contra votação

**Mariana Mesquita**  
mmesquita@jc.com.br

Um grupo de oito vereadores de oposição deu entrada no TJPE, ontem, em um mandado de segurança contra a Câmara do Recife. O objetivo deles é anular a sessão do dia 4 de maio, quando foi aprovado o projeto de lei 008/15, que trata de um plano urbanístico para o Cais José Estelita, Ca-

bangá e Cais de Santa Rita, que permite a construção do empreendimento imobiliário e urbanístico Novo Recife. Hoje, o pedido de liminar deve ser encaminhado para um desembargador, que irá analisar se autoriza a suspensão da votação.

Os vereadores alegam que o projeto, que foi colocado para votação de maneira extra-pauta, deveria ter sido lido na íntegra e discutido com os parla-

mentares. “Não se pode votar no escuro”, criticou o líder da oposição, Jurandir Liberal (PT).

O presidente da Casa, Vicente André Gomes (PSB), reafirmou ter seguido o regimento interno da Câmara Municipal. No mesmo dia, o prefeito Geraldo Julio (PSB), que estava em São Paulo, sancionou a lei a distância.

Junto com Jurandir Liberal, assinaram o documento

Marília Arraes (PSB), Isabella de Roldão (PDT) e Antônio Luiz Neto (PTB), bem como os petistas Osmar Ricardo, Jairo Brito, Luiz Eustáquio e Henrique Leite. Os oito, junto com André Régis (PSDB), haviam se retirado da sessão.

Na semana passada, o Ministério Público de Pernambuco entrou com pedido similar, que está sendo analisado pela 6ª Vara de Fazenda Pública da Capital.

**Assunto: 1ª Vara do Tribunal do Júri do Recife - Policiais militares acusados causar mortes de dois adolescentes vão a júri popular**

**Veículo:** Diário de Pernambuco

**Editoria:** Capa

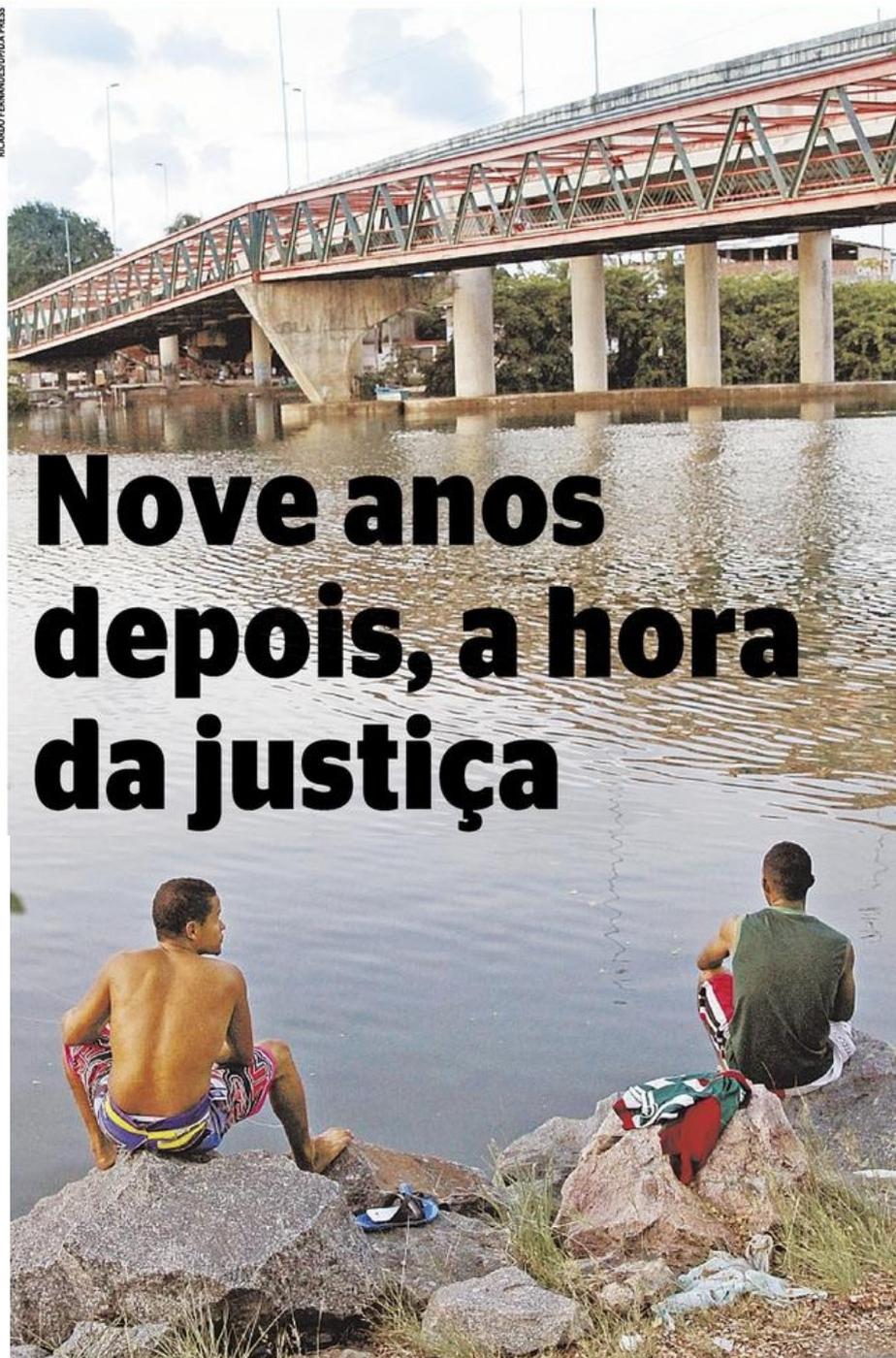
**Seção:**

**Página:** 1

**Data:** 19/05/2015

**DIÁRIO**de**PERNAMBUCO**

RICARDO FERNANDES/OPIDA PRESS



**Nove anos  
depois, a hora  
da justiça**

Um policial e sete ex-PMs são suspeitos de obrigar um grupo de 17 adolescentes a pularem no Rio Capibaribe, provocando a morte de dois deles por afogamento. Essa história aconteceu no dia 28 de fevereiro de 2006, uma terça-feira de carnaval, há nove anos. Nesta quarta-feira, cinco dos acusados irão a julgamento.

LOCALM

Assunto: 1ª Vara do Tribunal do Júri do Recife - Policiais militares acusados causar mortes de dois adolescentes vão a júri popular

Veículo: Diário de Pernambuco

Editoria: Local

Seção:

Página: A4

Data: 19/05/2015

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

# Hora de julgar um crime horrendo

Nove anos depois, policiais militares acusados de obrigar 17 adolescentes a pular de uma ponte, matando dois deles, vão a júri popular

WAGNER OLIVEIRA  
wagneroliveira.pe@dabr.com.br

**N**ove anos depois, os acusados de um crime que chocou o país vão a julgamento. Cinco suspeitos de obrigar 17 adolescentes a pularem de uma ponte, provocando a morte de dois por afogamento, terão seus destinos definidos por júri popular no Fórum Rodolfo Aureliano, na Joana Bezerra.

O julgamento do tenente da Polícia Militar Sebastião Antônio Félix e quatro ex-colegas de farda - Aldenes Carneiro da Silva, José Marcondi Evangelista, Ulisses Francisco da Silva e Irandi Antônio da Silva -, que foram expulsos da PM após o crime, está marcado para amanhã, às 9h. Outros três acusados ainda serão julgados

Os corpos dos adolescentes Zinael José Souza da Silva, 17, e Diogo Rosendo Ferreira, 15, foram encontrados em dia 1º de março de 2006, no rio, na altura da Torre. O caso publicado com exclusividade pelo Diário resultou no afastamento de 13 PMs.

O grupo de adolescentes

foi abordado na noite de 28 de fevereiro, terça-feira de carnaval, por duas viaturas perto do Cais de Santa Rita. Eles seguiam para o Marco Zero, onde iriam brincar. Segundo sobreviventes, os garotos foram colocados nas viaturas, circularam por várias ruas e depois foram levados para as imediações da Ponte Joaquim Cardoso, em Joana Bezerra. Lá, teriam sido espancados com golpes de cassetete e tapas, e depois obrigados a pular.

Como não sabiam nadar, Diogo e Zinael morreram. Familiares das vítimas afirmaram que os meninos foram confundidos com um grupo

que realizava furtos no Bairro do Recife. "Nossos filhos não eram ladrões. Só porque estavam com os cabelos pintados de loiro os policiais pensaram que eles estavam roubando", afirmou a mãe de dois garotos agredidos.

Em depoimentos, os PMs contaram que pegaram os meninos e depois os abandonaram, sem agressões. No entanto, segundo o delegado responsável, não restam dúvidas sobre a participação deles. "Esses cinco foram indiciados estão indo a júri. Os outros três foram denunciados e serão julgados depois", ressaltou Paulo Jeann Barros. Depoimentos de vítimas e testemu-

nhas, mapeamento das viaturas por GPS, recibos de devolução de dois cassetetes quebrados e reconhecimento fotográfico dos suspeitos pelas vítimas e testemunhas foram decisivos no inquérito.

"Tomara que agora a Justiça seja feita, pois já se passaram muitos anos e os culpados não foram punidos", desabafou a irmã de Diogo, a dona de casa Patrícia Ferreira. Todos os acusados estão respondendo aos crimes em liberdade. O caso do tenente Sebastião, que não foi expulso, está sendo analisado pelo Conselho de Justificação do Tribunal de Justiça da Pernambuco.

**Adolescentes brincam de pular da ponte. Em 2006, vítimas foram forçadas**

**“  
Só porque tinham cabelos pintados de loiro foram confundidos com marginais”**

**Mãe de dois meninos agredidos**



## entrevista >>

Zineide Maria de Souza, mãe de Zinael

**Qual é a expectativa da senhora para esse julgamento?**  
Espero que todos eles sejam punidos e condenados. Quero que eles paguem pelo que fizeram com o meu filho. Zinael não era marginal e o mal não pode vencer o bem.

**A senhora nunca desistiu de ver os responsáveis pela morte do seu filho condenados?**  
De jeito nenhum. Desde que enterrei o corpo do meu filho nunca deixei de pensar em fazer justiça. Zinael era um menino trabalhador. Ele e Diogo perderam a vida muito jovens.

**Vocês entraram na Justiça contra o governo por indenização pela morte. Como está o andamento?**  
Até agora teve algumas audiências, mas está lento.

**A família pretende fazer alguma manifestação amanhã, no Fórum Rodolfo Aureliano?**

O que eu quero é chegar bem cedo. O julgamento está marcado para começar às 9h, mas umas 7h já quero estar por lá. Mandei fazer camisas com a foto do meu filho para usar durante o julgamento e tenho certeza que vamos sair de lá vitoriosos.

### + saiba mais



Um grupo de 17 adolescentes de Afogados foi abordado por duas viaturas da PM perto do Cais de Santa Rita. Os garotos estavam seguindo para o Marco Zero, onde iriam assistir aos shows no local



Segundo a polícia e os parentes das vítimas, os meninos foram colocados nas viaturas e levados para as imediações da Ponte Joaquim Cardoso, onde foram agredidos e obrigados a pular na maré



Diogo Rosendo Ferreira, 15, e Zinael José Souza da Silva, 17, não sabiam nadar e morreram afogados. Os corpos foram localizados nas águas do Rio Capibaribe, nas imediações do bairro da Torre

Assunto: Mandado de Segurança – Cais José Estelita

Veículo: Diário de Pernambuco

Editoria: Política

Seção:

Página: B3

Data: 19/05/2015

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

# Mobilidade na berlinda

Oposição aos governos socialistas do estado e da capital começarão em junho a visitar canteiros de obras paralisadas

SÁVIO GABRIEL  
savlogabriel.pe@dabr.com.br

**A**s obras de mobilidade urbana serão o primeiro alvo do grupo formado por vereadores do Recife e deputados estaduais opositores. A previsão é de que no dia 1º de junho eles visitem alguns canteiros espalhados pelo Recife para fiscalizar o andamento dos trabalhos. Já na próxima quinta-feira será realizada uma audiência pública na Assembleia Legislativa para debater o tema, para a qual foi convidado o secretário estadual de Cidades, André de Paula.

Na lista de visitas estão projetos atrasados de acordo com os respectivos cronogramas, a exemplo dos corredores de ônibus Norte/Sul e Leste/Oeste; da Via Mangue; além da construção da ponte que liga os bairros de Iputinga a Monteiro, na Zona Oeste, os Terminais Integrados e as intervenções para



WILFRED GADELHA/DIVULGAÇÃO

Nesta quinta, parlamentares de oposição vão debater o tema com a sociedade

a navegabilidade no Rio Capibaribe. “Já tem dois anos e meio que estamos aguardando o prefeito Geraldo Julio (PSB) encaminhar o plano de mobilidade para a Câmara”, reclamou o líder da oposição municipal, Jurandir Liberal (PT). De acordo com ele, também foram traçados alguns temas que serão debatidos nos próximos dois meses.

“Na primeira semana de junho queremos fazer outra audiência pública, dessa vez para debater a situação da saúde

pública no Recife”, destacou o líder da oposição na Assembleia, Sílvio Costa Filho (PTB). Segundo ele, o objetivo é fazer com que os temas sejam amplamente debatidos nas duas casas legislativas. “Estamos numa agenda de cobranças para que o estado e o município ofereçam soluções para os graves problemas que encontramos. Até porque a população já começa a perceber a diferença do governo do PSB no passado para esse governo atual”, cri-

ticou o petebista.

### Justiça

Ontem, parte da bancada de oposição da Câmara do Recife deu entrada em um mandado de segurança no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) pedindo a anulação do projeto de lei 008/15, aprovado no dia 4 de maio, que permite a construção do projeto Novo Recife. Os vereadores argumentam que a tramitação do projeto não cumpriu o regimento da Casa.

<b>Assunto: PGE vai à Justiça contra suspensão de concurso público</b>	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Capa	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 1	<b>Data:</b> 19/05/2015



<b>Assunto: PGE vai à Justiça contra suspensão de concurso público</b>	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Últimas Notícias	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 2	<b>Data:</b> 19/05/2015



## > POLÍCIA CIVIL

# PGE pede a TJPE validação de concurso de delegado

MARÍLIA NEVES  
do Blog dos Concursos

A Procuradoria Geral do Estado (PGE-PE) encaminhou o agravo de instrumento contra decisão em primeiro grau que suspendeu a realização do concurso público para delegado da Polícia Civil de Pernambuco (PCPE) ontem, data limite do prazo para recorrer. A instituição aguarda o julgamento da matéria pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJPE). O certame foi suspenso no dia 24 de abril por suspeita de fraude na licitação, que escolheu o Instituto de Apoio à Universidade de Pernambuco (Iaupe/UPENet)

como organizador do processo seletivo, alguns dias antes da realização da prova objetiva, marcada para o dia 26 do mesmo mês. A decisão foi expedida pelo juiz Évio Marques, da 2ª Vara da Fazenda da Justiça Estadual.

Segundo a procuradora responsável pelo recurso, Adria-

na Crizostomo da Silva, a suspensão prejudicou mais de 25 mil candidatos inscritos e atrasa todo o cronograma de realização das provas, além da homologação e nomeação dos aprovados. Com isso, o prejuízo também envolve a administração das rotinas de investigação criminal pro-

movidas pelas Delegacias de Polícia, que já sofrem com a escassez de profissionais. Em sua petição, a procuradora reclama que a deliberação ocorreu sem que o Estado fosse escutado pela Justiça. "Assim, no caso, o Estado foi tolhido no seu direito de defesa", alegou.

### PARALISAÇÃO

Os policiais civis de Pernambuco realizam hoje uma paralisação de advertência de 24 horas. A categoria reivindica demandas como a equiparação da gratificação como a recebida por delegados e melhores condições de trabalho e equipamentos.

### Saiba mais

**GRADUAÇÃO** - A seleção oferece 100 vagas para a função, que exige graduação no Curso de Direito em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC). A remuneração inicial para a categoria é de R\$ 9.069,81.

<b>Assunto: TJPE promove mutirão de conciliação</b>	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Economia	<b>Seção:</b> Acontece
<b>Página:</b> 1	<b>Data:</b> 19/05/2015



## PROCESSOS

# TJPE promove, até quinta, mutirão

■ O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) promove até a próxima quinta-feira, 20, um mutirão de processos que envolvem consumo das empresas Casas Bahia, Insinuante, Ricardo Eletro e Samsung como partes devedoras. São, ao total, 450 processos.

O mutirão vai ser realizado através de um acordo, entre o advogado da empresa e o representante dos consumidores. Esses acordos serão realizados e homologados para sentença. De acordo com o TJPE, “o objetivo é reduzir o acervo de processos no Judiciário estadual, garantindo celeridade na prestação jurisdicional”. Serão cinco mediadores que decidirão pelos processos.

Aproximadamente 60 alunos do curso de Direito da Faculdade Estácio do Recife irão aprimorar no mutirão o aprendizado da resolução de conflitos por meio do sistema conciliatório. O evento acontecerá na Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem na Faculdade Estácio do Recife, das 8h às 17h.

<b>Assunto: Poderes divididos</b>	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Programa	<b>Seção:</b> Persona
<b>Página:</b> 2	<b>Data:</b> 19/05/2015



## PODERES DIVIDIDOS

A falta de repasse dos recursos do Executivo para o Judiciário fez com que os presidentes dos Tribunais de Justiça reunissem-se em caráter de urgência, ontem, em São Paulo para discutir a autonomia financeira deste poder. O desembargador Jones Figueiredo representou TJPE. Milton Nobre, presidente do Colégio dos Tribunais, demonstrou preocupação com a situação de PE.

## É O HOMEM

Aliás, o Legislativo entrou na “briga” TJPE versus Governo de PE, devido ao poder de negociação Guilherme Uchoa. Como é ex-magistrado e um grande articulador, o presidente da Alepe tem sido o maior interlocutor entre o Palácio da Justiça e o Campo das Princesas. Dizem que ele está em mais alta cotação do que nunca.

<b>Assunto: Desembargador Jovaldo Nunes</b>	
<b>Veículo: Folha de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: Programa</b>	<b>Seção: Persona</b>
<b>Página: 2</b>	<b>Data: 19/05/2015</b>



Anne e Rogério com os pais da noiva, Darci e Jovaldo Nunes, no Mosteiro de São Bento, onde trocaram as alianças, sábado

<b>Assunto: TJPE promove mutirão de conciliação na Faculdade Estácio do Recife</b>	
<b>Veículo: CNJ</b>	<b>Data: 19/05/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **TJPE promove mutirão de conciliação na Faculdade Estácio do Recife**



O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) promove, a partir desta segunda (18/5) até a quarta-feira (20/5), um mutirão de processos das empresas Casas Bahia, Insinuante, Ricardo Eletro e Samsung como partes demandadas. O evento acontece na Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem na Faculdade Estácio do Recife, localizada na Avenida Abdias de Carvalho, no horário das 8h às 17h.

Para a iniciativa, foram selecionados 450 processos, sendo 350 das empresas Casas Bahia, Insinuante e Ricardo Eletro, e 100 da Samsung. O objetivo do mutirão é reduzir o acervo de processos no Judiciário estadual, garantindo celeridade na prestação jurisdicional.

Promovido pela Coordenadoria do Sistema de Resolução Consensual e Arbitral de Conflitos do TJPE, o evento contará com o trabalho de cinco mediadores. Cerca de 60 estudantes do curso de Direito da faculdade serão beneficiados, aprimorando o aprendizado da resolução de conflitos por meio do sistema conciliatório.

Fonte: TJPE

<b>Assunto: Falta de recursos para o Judiciário em discussão em SP</b>	
<b>Veículo:</b> folhape	<b>Data:</b> 19/05/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## PERNAMBUCO

---



Falta de repasse dos recursos para o Judiciário em discussão em SP

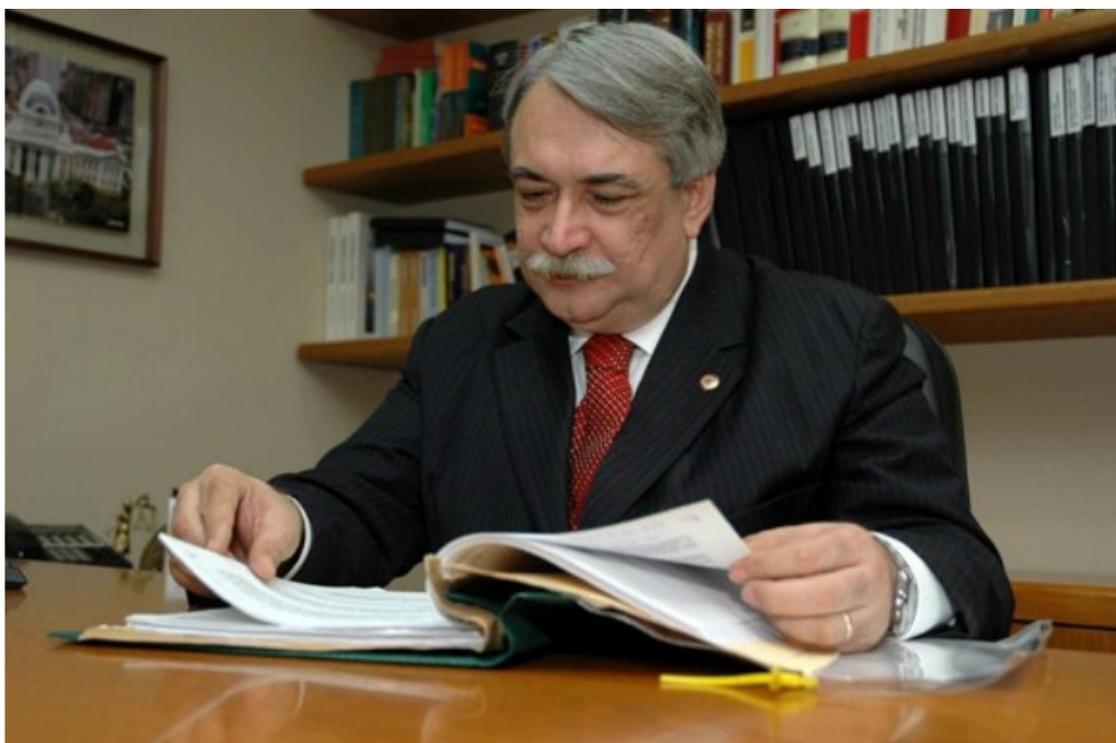
■ Leia Mais

<b>Assunto: Falta de recursos para o Judiciário em discussão em SP</b>	
<b>Veículo:</b> folhape	<b>Data:</b> 19/05/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **Recursos para o Judiciário discutidos em SP**

A falta de repasse dos recursos do Executivo para o Judiciário fez com que os presidentes dos Tribunais de Justiça reunissem-se em caráter de urgência, na manhã desta segunda (18), em São Paulo para discutir a autonomia financeira deste poder. O desembargador Jones Figueiredo foi representando o TJPE. Milton Nobre, presidente do Colégio dos Tribunais, demonstrou preocupação com a situação da justiça em PE.



*Jones Figueiredo foi apresentando o presidente do TJPE, Frederico Neves*

*Foto: Reprodução*

<b>Assunto: TJPE promove mutirão de processos até quinta-feira</b>	
<b>Veículo:</b> folhape	<b>Data:</b> 19/05/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **TJPE promove mutirão de processos até quinta-feira**

*Processos envolvem as empresas Casas Bahia, Insinuante, Ricardo Eletro e Samsung*

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) promove até quinta-feira (20), um mutirão de processos que envolvem consumo das empresas Casas Bahia, Insinuante, Ricardo Eletro e Samsung como partes devedoras. São, ao total, 450 processos.

O mutirão vai ser realizado através de um acordo, entre o advogado da empresa e o representante dos consumidores. Esses acordos serão realizados e homologados para sentença. De acordo com o TJPE, “o objetivo é reduzir o acervo de processos no Judiciário estadual, garantindo celeridade na prestação jurisdicional”. Serão cinco mediadores que decidirão pelos processos.

Aproximadamente 60 alunos do curso de Direito da Faculdade Estácio do Recife irão aprimorar no mutirão o aprendizado da resolução de conflitos por meio do sistema conciliatório. O evento acontecerá na Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem na Faculdade Estácio do Recife, das 8h às 17h.

<b>Assunto: 1ª Vara do Tribunal do Júri do Recife - Policiais militares acusados causar mortes de dois adolescentes vão a júri popular</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 19/05/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

**DIARIO** de **PERNAMBUCO**  
.com.br

## **Policiais militares acusados causar mortes de dois adolescentes vão a júri popular**

*Cinco PMs são suspeitos de obrigar 17 adolescentes a pularem de uma ponte, provocando a morte de dois por afogamento*

Nove anos depois, os acusados de um crime que chocou o país vão a julgamento. Cinco suspeitos de obrigar 17 adolescentes a pularem de uma ponte, provocando a morte de dois por afogamento, terão seus destinos definidos por júri popular no Fórum Rodolfo Aureliano, na Joana Bezerra.

O julgamento do tenente da Polícia Militar Sebastião Antônio Félix e quatro ex-colegas de farda - Aldenes Carneiro da Silva, José Marcondi Evangelista, Ulisses Francisco da Silva e Irandi Antônio da Silva -, que foram expulsos da PM após o crime, está marcado para amanhã, às 9h. Outros três acusados ainda serão julgados.

Os corpos dos adolescentes Zinael José Souza da Silva, 17, e Diogo Rosendo Ferreira, 15, foram encontrados em dia 1º de março de 2006, no rio, na altura da Torre. O caso publicado com exclusividade pelo Diário resultou no afastamento de 13 PMs.

O grupo de adolescentes foi abordado na noite de 28 de fevereiro, terça-feira de carnaval, por duas viaturas perto do Cais de Santa Rita. Eles seguiam para o Marco Zero, onde iriam brincar. Segundo sobreviventes, os garotos foram colocados nas viaturas, circularam por várias ruas e depois foram levados para as imediações da Ponte Joaquim Cardoso, em Joana Bezerra. Lá, teriam sido espancados com golpes de cassetete e tapas, e depois obrigados a pular.

Como não sabiam nadar, Diogo e Zinael morreram. Familiares das vítimas afirmaram que os meninos foram confundidos com um grupo que realizava furtos no Bairro do Recife. “Nossos filhos não eram ladrões. Só porque estavam com os cabelos pintados de loiro os policiais pensaram que eles estavam roubando”, afirmou a mãe de dois garotos agredidos.

Em depoimentos, os PMs contaram que pegaram os meninos e depois os abandonaram, sem agressões. No entanto, segundo o delegado responsável, não restam dúvidas sobre a participação deles. “Esses cinco foram indiciados estão indo a júri. Os outros três foram denunciados e serão julgados depois”, ressaltou Paulo Jeann Barros. Depoimentos de vítimas e testemunhas, mapeamento das viaturas por GPS, recibos de devolução de dois cassetetes quebrados e reconhecimento fotográfico dos suspeitos pelas vítimas e testemunhas foram decisivos no inquérito.

“Tomara que agora a Justiça seja feita, pois já se passaram muitos anos e os culpados não foram punidos”, desabafou a irmã de Diogo, a dona de casa Patrícia Ferreira. Todos os acusados estão respondendo aos crimes em liberdade. O caso do tenente Sebastião, que não foi expulso, está sendo analisado pelo Conselho de Justificação do Tribunal de Justiça da Pernambuco.

<b>Assunto: Oposição da Câmara do Recife pede anulação de lei que permite a construção do Novo Recife</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 19/05/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

**DIARIO** de **PERNAMBUCO**  
.com.br

### **Oposição da Câmara do Recife pede anulação de lei que permite a construção do Novo Recife**

Oito vereadores que compõem a bancada de oposição na Câmara do Recife deram entrada, na tarde desta segunda-feira (18), em um mandado de segurança no Tribunal de Justiça do estado (TJPE) para anular a aprovação do projeto de lei 008/2015, que permite intervenções urbanísticas na região do Cais José Estelita, Cais de Santa Rita e Cabanga. Aprovada há duas semanas, na prática a proposta libera a construção do polêmico projeto Novo Recife.

Chancelada por 23 dos 39 vereadores da Câmara Municipal, a tramitação do projeto foi alvo de críticas por parte de grupos sociais e também dos vereadores de oposição. O documento impetrado no TJPE, inclusive, foi assinado por oito dos nove legisladores que se retiraram do plenário durante a votação do projeto. De acordo com a advogada Nathália Carvalho, não há uma previsão de quando o pedido seja julgado, mas a expectativa é de que seja rápido, já que se trata de um pedido de liminar.

São signatários do documento os petistas Jurandir Liberal, Osmar Ricardo, Jairo Brito, Luiz Eustáquio e Henrique Leite, além dos vereadores Antônio Luiz Neto (PTB), Marília Arraes (PSB) e Isabella de Roldão (PDT).

**Assunto: 1ª Vara do Tribunal do Júri do Recife - PMs acusados de mandar garotos pularem de ponte serão julgados**

**Veículo:** diariodepernambuco.com.br

**Data:** 19/05/2015

**Editoria:**

**Seção:**

**DIARIO** de **PERNAMBUCO**  
.com.br

## **PMs acusados de mandar garotos pularem de ponte serão julgados**



Crime acontece em 2006, na Ponte Joaquim Cardoso

Nove anos após as mortes de dois adolescentes que morreram afogados após serem obrigados a entrar no Rio Capibaribe, cinco dos oito policiais militares acusados pelo crime irão a júri popular. O julgamento dos réus Sebastião Antônio Félix (tenente), Aldenes Carneiro da Silva (sargento), José Marcondi Evangelista (soldado), Ulisses Francisco da Silva (soldado) e Irandi Antônio da Silva (soldado) está marcado para quarta-feira, às 9h, na Primeira Vara do Tribunal do Júri, no Fórum Rodolfo Aureliano. Os corpos dos adolescentes Zinael José Souza da Silva, 17, e Diogo Rosendo Ferreira, 15, foram encontrados no dia 1º de março de 2006, boiando no rio, no bairro da Torre. O caso publicado com exclusividade pelo Diário na época resultou no afastamento de 13 policiais militares para investigação.

Um grupo de 17 adolescentes foi abordado por duas viaturas, sendo uma do Batalhão de Radiopatrulha e outra da Emergência Policial 190 do 16º BPM, nas imediações do Cais de Santa Rita quando seguiam para o Marco Zero, onde iriam brincar carnaval. Ouvidos pela reportagem na época do crime, os adolescentes contaram que foram colocados dentro das viaturas, circularam por várias ruas da cidade e depois foram levados para as imediações do Fórum do Recife, em Joana Bezerra. Lá, os adolescentes disseram que

sofreram espancamentos de cassetetes, foram agredidos com tapas e depois obrigados a entrar na maré.

Como não sabiam nadar, Diogo e Zinael morreram afogados. Os outros garotos conseguiram sobreviver. Familiares das vítimas afirmaram que os meninos foram confundidos com um grupo que estava realizando furtos no Bairro do Recife. “Nossos filhos não eram ladrões. Só porque estavam com os cabelos pintados de loiro os policiais pensaram que eles estavam roubando”, afirmou a mãe de dois jovens que foram agredidos. Em depoimentos à polícia e à Corregedoria Geral, os militares contaram que pegaram os garotos e depois os abandonaram, mas negam que tenham participado agressões. No entanto, segundo o delegado responsável pelas investigações não restam dúvidas das participações de cinco deles no crime.

“Com menos de 30 dias já tínhamos a identificação de todas as vítimas, sendo duas fatais, e ainda das viaturas que participaram das duas ações bem como os nomes dos envolvidos. Cinco deles foram indiciados, que são esses que estão indo a júri, os outros três foram denunciados pelo Ministério Público e serão julgados depois”, ressaltou o delegado Paulo Jeann Barros. Depoimentos das vítimas e testemunhas, mapeamento das viaturas através do sistema GPS, recibo de devolução de dois cassetetes quebrados e o reconhecimento fotográfico dos suspeitos realizados pelas vítimas e testemunhas foram alguns dos indícios e provas materiais apresentados pela polícia.

Os familiares das vítimas estão confiantes na condenação dos réus. “Na quarta-feira (amanhã) estaremos todos no fórum. Tomara que agora a justiça seja feita, pois já se passaram muitos anos e os culpados não foram punidos”, desabafou a irmã de Diogo, a dona de casa Patrícia Rosendo Ferreira. Todos os acusados estão respondendo aos crimes em liberdade. Com exceção do tenente Sebastião Félix, todos foram expulsos da PM. O caso do oficial está sendo analisado pelo Conselho de Justificação do Tribunal de Justiça da Pernambuco.

**Assunto:** 1ª Vara do Tribunal do Júri do Recife - PMs acusados de mandar garotos pularem de ponte serão julgados

**Veículo:** NE10

**Data:** 19/05/2015

**Editoria:**

**Seção:**



RECIFE

PMS VÃO, QUARTA,  
**A JULGAMENTO**

Júri popular será de 5 dos 8  
acusados de torturar e matar  
afogados jovens na folia de 2006

<b>Assunto: 1ª Vara do Tribunal do Júri do Recife - PMs acusados de torturar e matar afogados jovens no Carnaval serão julgados no Recife</b>	
<b>Veículo:</b> NE10	<b>Data:</b> 19/05/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## PMs acusados de torturar e matar afogados jovens no Carnaval serão julgados no Recife



Famílias das vítimas chegaram a realizar protestos pedindo justiça para o caso  
Foto: Alexandre Auler/ acervo JC Imagem

Serão julgados nesta quarta-feira (20), a partir das 9h, cinco dos oito policiais militares acusados de matar dois adolescentes e tentar assassinar, além de torturar, outros 11 jovens na terça-feira de Carnaval de 2006. O júri popular será realizado no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra, área central do Recife. De acordo com o promotor do caso, André Rabelo, cada acusado pode ser condenado a, no mínimo, 100 anos de prisão. A estimativa é de que o júri, presidido pelo juiz Ernesto Bezerra Cavalcanti, dure cerca de três dias.

O julgamento desta quarta decidirá o destino do tenente Sebastião Antônio Felix, o sargento Aldênis Carneiro da Silva e os soldados José Marcondi Evangelista, Ulisses Francisco da Silva e Irandir Antônio da Silva. Todos são acusados de duplo homicídio triplamente qualificado e 11 tentativas de homicídio. Na época, os policiais estavam lotados no Batalhão de Radiopatrulha e no Serviço de Emergência 190. Os outros três soldados acusados preferiram ter seus julgamentos em momentos diferentes.

O crime que aconteceu há nove anos terminou com a morte dos jovens Zinael José Souza da Silva, na época com 17, e Diogo Rosendo Ferreira, 15 anos. A dupla estava

com outros 11 amigos quando os acusados os abordaram durante o Carnaval, no Recife Antigo. Na ocasião, a polícia procurava um grupo de rapazes que estava realizando arrastões durante a festa de Momo da capital pernambucana. Durante a abordagem, os jovens foram levados em duas viaturas até a Ponte Joaquim Cardoso, nos Coelhos, onde foram espancados com cacetetes de madeira, torturados com chutes nos órgãos genitais e pedradas. Em seguida, os policiais teriam os ameaçado com armas de fogo para que eles pulassem no Rio Capibaribe.

Uma das vítimas, Diogo Resende, teria gritado que não sabia nadar e, mesmo assim, teve que se jogar na água. Os corpos dos dois jovens foram encontrados dois dias depois do crime, boiando no bairro da Torre, Zona Oeste do Recife. O Instituto de Medicina Legal (IML) atestou que a dupla morreu por afogamento. As famílias das vítimas e dos sobreviventes acionaram a corregedoria da Polícia Militar e abriram um processo criminal contra o grupo. De acordo com o promotor André Rabelo, os policiais chegaram a ser detidos e afastados das funções, mas atualmente estão em liberdade e atuando na PM.



Zinael é um dos jovens que morreram afogados após serem torturados

Foto: Alexandre Severo/acervo JC Imagem

<b>Assunto: Mutirão de processos judiciais acontece nesta terça</b>	
<b>Veículo: JConline</b>	<b>Data: 19/05/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

## jornal do commercio

### Mutirão de processos judiciais acontece nesta terça

*Evento promovido pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco segue até esta quarta*



Mutirão tem como objetivo reduzir o número de processos

Foto: Assis Lima / TJPE

Um mutirão de processos judiciais movidos contra empresas do comércio varejista de eletrodomésticos está sendo realizado na manhã desta terça-feira (18) na Câmara de Conciliação Mediação e Arbitragem da Faculdade Estácio do Recife, localizada no bairro do Prado, na Zona Oeste do Recife. O evento é promovido pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco.

De acordo com uma das conciliadoras da Câmara, Mércia Ferraz, o mutirão tem como objetivo reduzir o número de processos e garantir celeridade na prestação dos serviços jurisdicionais. "Nós recebemos 450 processos para conciliar e, em média, 50% dessas pessoas estão fazendo acordo", explica Mércia. O evento acontece hoje até as 18h e amanhã das 8h às 18h.

**Assunto: Oposição anuncia ação judicial para anular sessão da Câmara do Recife que aprovou plano urbanístico do Estelita**

**Veículo: JConline**

**Data: 19/05/2015**

**Editoria:**

**Seção:**

## jornal do commercio

### **Oposição anuncia ação judicial para anular sessão da Câmara do Recife que aprovou plano urbanístico do Estelita**

*Projeto foi aprovado no dia 4 de maio e sancionado no mesmo dia pelo prefeito Geraldo Julio*



Oito vereadores assinam pedido protocolado no TJPE

Foto: Mariana Mesquita/JC

Oito vereadores de oposição na Câmara do Recife anunciaram que estão dando entrada nesta segunda-feira (18) com um mandado de segurança junto ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) para anular a sessão da Casa do dia 04 de maio, quando foi aprovado o Plano Urbanístico para o Cais José Estelita, sancionado no mesmo dia pelo prefeito Geraldo Julio (PSB).

O pedido é assinado pelos vereadores Isabella de Roldão (PDT), Marília Arraes (PSB), Antônio Luiz Neto (PTB), Henrique Leite (PT), Jairo Brito (PT), Jurandir Liberal (PT), Luiz Eustáquio (PT) e Osmar Ricardo (PT). O anúncio foi feito no plenário pelo líder da Oposição, Jurandir Liberal. Ele explicou que a ação não é contra a Câmara, mas à forma como a votação foi conduzida. "Toda matéria extra-pauta tem que ser discutida porque ninguém pode votar no escuro", criticou.

O presidente da Casa, Vicente André Gomes (PSB), lembrou que era uma prerrogativa dele colocar o projeto em pauta. Ele afirma que seguiu o regimento interno da Câmara Municipal. O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) confirmou o recebimento do pedido e informou que ele deve ser distribuído nesta terça (19) para um desembargador que vai analisar um pedido de liminar para suspender todos os efeitos da lei em questão. O mérito da ação será analisado posteriormente por uma das Câmaras do TJPE, formada por três desembargadores. Na semana passada, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) entrou com um pedido similar que está sendo analisado pela 6ª Vara de Fazenda Pública da Capital.

<b>Assunto: PEC da Bengala</b>	
<b>Veículo:</b> Conjur	<b>Data:</b> 19/05/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **Bengala para todos**

A aprovação da Emenda Constitucional que aumentou o limite para a aposentadoria de ministros do STF e de outras cortes superiores, passando de 70 para 75 anos, começou a gerar um efeito cascata em outros órgãos do Judiciário brasileiro. Em São Paulo, o desembargador Pires de Araújo conseguiu decisão do TJ-SP para continuar no cargo, mesmo depois de completar 70 anos, no fim de maio. O desembargador Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho, de Pernambuco e também aniversariante, conseguiu liminar no mesmo sentido. A decisão mais recente é do TJ-RJ, onde o desembargador Roberto de Abreu e Silva conseguiu liminar para ficar na corte depois de completar 70 anos.

<b>Assunto: Justiça barra entrada de familiares de Vicente André Gomes em imóvel alvo de briga</b>	
<b>Veículo: Blog de Jamildo</b>	<b>Data: 19/05/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## Justiça barra entrada de familiares de Vicente André Gomes em imóvel alvo de briga



*O presidente da Câmara dos Deputados, Vicente André Gomes, foi acusado pela prima de agressão. Foto: BlogImagem.*

Peça central na briga familiar envolvendo o presidente da Câmara dos Vereadores do Recife e uma prima, o imóvel localizado na Estrada do Encanamento, em Casa Amarela, está com acesso proibido. A casa, onde funcionava o Educandário São José, está sub judice e a Justiça acatou o pedido do vereador Vicente André Gomes (PSB) e determinou nesta segunda-feira (18) a interdição do imóvel. Com isso, fica vetada a entrada de qualquer pessoa no local.

No último sábado (16), a briga pelo imóvel chegou a Central de Flagrantes, na Avenida Agamenon Magalhães. A prima do vereador, chamada Maria Rosa Wavrick, acusou Vicente e o irmão dele de agressão. O presidente da Câmara negou as acusações. Os envolvidos prestaram depoimento e foram liberados em seguida, ainda na tarde do sábado.

O pedido de “interdição do imóvel” foi aceito pelo Juiz da 5ª Vara de Sucessões e Registros Públicos da Capital, Romão Ulisses Sampaio. De acordo com o magistrado, a

casa em questão é definida como Imóvel Especial de Preservação (IEP), portanto, não pode ser depreciada.

No despacho, o juiz também determina a notificação da prima de Vicente André Gomes para que se abstenha de praticar qualquer ato que implique na modificação do estado atual do imóvel. Determinou também notificar a Dircon/SEPLAN para garantir a integridade do imóvel.

18/05/2015 Consulta Processual 1º Grau

 **PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO** **Consulta Processual 1º Grau**

**Dados para consulta**

Consultar por:   Único  Antigo  Execução  CDA

Número:

**Detalhes do processo**

**0033908-80.2012.8.17.0001**  
Procedimento Ordinário  
Quinta Vara de Sucessões e Reg. Públicos da Capital

**Partes** Exibindo apenas 5 partes

Autor: Moacir André Gomes  
Autor: RENATA DA CONCEIÇÃO ANDRÉ GOMES VIANA  
Autor: VICENTE MANOEL LEITE ANDRÉ GOMES  
Autor: José Ricardo Leite André Gomes  
Advogado: Flávio C. Régis de Carvalho Filho

**Movimentações** Exibindo 5 últimas

Data	Descrição
18/05/2015 20:12	Determinado o cumprimento de atos processuais pela Secretaria (Clique para resumir) DESPACHO Processo nº 0033908-80.2012.8.17.0001 1. Moacyr André Gomes atravessou petição e documentos (fls. 99/125), alegando que algumas das pessoas referidas no testamento estariam retirando partes da construção, possivelmente portas e telhados, como se vê das fotos acostadas. 2. No caso sob exame, mesmo que a herança se transmita com a morte do autor da herança, há contestação em relação à qualidade de herdeiros dos legatários, até porque se busca anular o testamento. 3. Além disso, o documento juntado (fls. 109/125) indica que o imóvel sobre qual gira a herança está definido como Imóvel Especial de Preservação, situado no município do Recife. 4. Notifiquem-se os réus no presente feito para que se abstenham de praticar qualquer ato que implique na modificação do estado atual do imóvel. 5. Notifique a Dircon/SEPLAN requisitando providências urgentes para proteção da integridade do imóvel. 6. Indique o autor o endereço correto dos réus ainda não citados. Recife, 18.05.2015. Romão Ulisses Sampaio Juiz de Direito jvcsotos acostadas. 2. No caso sob exame, mesmo que a herança se transmita com a morte do autor da herança, há contestação em relação à qualidade de herdeiros dos legatários, até porque se busca anular o testamento. 3. Além disso, o documento juntado (fls. 109/125) indica que o imóvel sobre qual gira a herança está definido como Imóvel Especial de Preservação, situado no município do Recife. 4. Notifiquem-se os réus no presente feito para que se abstenham de praticar qualquer ato que implique na modificação do estado atual do imóvel. 5. Notifique a Dircon/SEPLAN requisitando providências urgentes para proteção da integridade do imóvel. 6. Indique o autor o endereço correto dos réus ainda não citados. Recife, 18.05.2015. Romão Ulisses Sampaio Juiz de Direito jvcs
18/05/2015 18:52	Conclusão - Despacho
18/05/2015 18:49	Juntada - Petição
18/05/2015 18:28	Remessa Interna Apresentação de Petição: 20151960146587 - Protocolo Geral do Fórum do Recife
18/05/2015 12:44	Conclusão - Despacho

<http://srv01.tjpe.jus.br/consultaprocessualunificada/html/consulta.xhtml> 1/2

<b>Assunto: Movimento de advogados organiza ato público para pedir melhorias no Judiciário do Estado</b>	
<b>Veículo:</b> Blog de Jamildo	<b>Data:</b> 19/05/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Movimento de advogados organiza ato público para pedir melhorias no Judiciário do Estado**



*Foto: TJPE/Divulgação.*

Após sucessivas paralisações dos servidores da Justiça de Pernambuco para pedir implementação da progressão funcional, os integrantes do movimento A Ordem É Para Todos realizam ato público nesta segunda-feira (18), às 14h, na entrada do Fórum Rodolfo Aureliano, para cobrar soluções para o que eles consideram “caos” na Justiça de Pernambuco.

Os trabalhadores fazem paralisações semanais desde o dia 11 de fevereiro, e a principal reivindicação é a implementação da progressão funcional. Segundo o movimento de advogados, com a paralisação dos servidores, os processos não têm andamento, os advogados não recebem os alvarás e as filas no Progeforo são quilométricas.

“Além disso, muitas varas o interior e na capital de Pernambuco continuam sem juízes. Isso tem prejudicado não só os advogados, mas a população em geral que fica sem a prestação dos serviços da Justiça”, diz a nota, enviada pelo grupo.

<b>Assunto: Artigo especial - A função social da OAB na incompleta democracia brasileira</b>	
<b>Veículo:</b> Blog do Magno Martins	<b>Data:</b> 19/05/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Artigo especial**

### **A função social da OAB na incompleta democracia brasileira**

*Por André Barreto\**

A advocacia é qualificada na Constituição Federal como uma função essencial à administração da Justiça de modo a efetivar o acesso à Justiça em nosso país. Entretanto, tal acesso não pode ser baseado apenas em metas de celeridade nos tribunais e mudanças processuais – reformas estruturais no sistema de justiça e efetivação de direitos econômicos, sociais e culturais pesam muito mais para a realização de uma Revolução Democrática da Justiça, na proposta lançada pelo sociólogo português Boaventura de Souza Santos.

Nesse processo de transformação recíproca do sistema de justiça e do sistema político, em grande parte baseada na “procura suprimida” de direitos da grande maioria dos cidadãos das classes populares e “minorias sociais”, onde o conflito social é inerente, o papel do advogado emerge como o de sujeito a fazer a mediação dessas demandas sociais com a administração pública da justiça, a democratizar um dos últimos setores do Estado brasileiro, ainda em grande parte insensível às vozes das ruas.

É dentro desse quadro de mudança do sistema de justiça, realização dos direitos humanos e reformas sociais estruturantes que se situa a práxis da advocacia popular e da advocacia militante, esta praticada no cotidiano dos fóruns, ambas junto à luta por direitos. Na dimensão institucional, emerge dentro dessas duas últimas décadas de democratização da sociedade brasileira um papel fundamental para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Assim, é fundamental para a OAB se afirmar enquanto uma entidade presente e engajada na sociedade civil brasileira e pernambucana, em tempos em que as ruas gritam contra a redução de direitos sociais, pela efetivação de direitos humanos mais essenciais para o exercício da cidadania, pela realização de uma Constituinte para Reforma do Sistema Político e contra a captura corporativa do Estado em casos de confusão entre os interesses públicos e privados. Como exemplos, as greves de várias categorias obreiras que estouram por todo o País, não se podendo deixar de citar os professores da rede estadual em Pernambuco e **dos servidores do TJPE**; a luta contra a PL 4.330/04 sobre a terceirização trabalhista; a luta contra a redução da maioria

penal; ou o enfrentamento contra o Projeto Novo Recife e a gentrificação do Cais Estelita.

Para o cumprimento de tal missão institucional, não se pode furtar também da proposição de um modelo de gestão verdadeiramente democrático, participativo, plural e horizontal para a OAB, assim como atenta e atuante nas questões que assolam o cotidiano profissional dos advogados militantes, principalmente das necessidades do início de carreira dos jovens advogados.

Justo porque a OAB não deve ser para poucos que o movimento A Ordem É Para Todos convoca a participação ativa da advocacia militante para a construção de uma entidade que seja de todos, ou seja, realmente democrática, defensora dos direitos humanos, presente na sociedade pernambucana e atuante em prol dos jovens advogados.

*\*Advogado e coordenador do movimento A Ordem É Para Todos*

<b>Assunto: Ordem é Para Todos realiza ato público – Fórum Rodolfo Aureliano</b>	
<b>Veículo:</b> Blog do Magno Martins	<b>Data:</b> 19/05/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **Ordem é Para Todos realiza ato público**

Integrantes do movimento A Ordem É Para Todos realizarão um ato público hoje, às 14h, na entrada do Fórum Rodolfo Aureliano, próxima a AACD. O objetivo deste encontro é exigir uma solução para caos que se encontra a Justiça de Pernambuco.

Servidores do Estado decretaram paralisação desde fevereiro deste ano, pois o Tribunal de Justiça não dá uma resposta satisfatória às suas reivindicações. Dessa forma, os processos não têm andamento, os advogados não recebem os alvarás e as filas no Progeforo são quilométricas. Além disso, muitas varas o interior e na capital de Pernambuco continuam sem juízes. Isso tem prejudicado não só os advogados, mas a população em geral que fica sem a prestação dos serviços da Justiça.